

Ano 49 - Número 128 - São Paulo, quinta-feira, 8 de julho de 2004

De: Carlos Nambu [mailto:idbosc05@terra.com.br]

Enviada em: quinta-feira, 8 de julho de 2004 07:10

Assunto: Re: `Publicação

Aquisição de materiais

2004-0.155.465-8 - CMDCA - Aquisição de serviços gráficos - Diante dos elementos informativos que instruem o presente e com fundamento no que dispõem o artigo 24, II da Lei Federal nº 8.666/93 combinado com o art. 1º da Lei Municipal nº 13.278/2002, e bem assim a Portaria SF 031/2002, **AUTORIZO** a contratação direta da empresa CESARGRAF IMPRESSÕES GRÁFICAS E EDITORA LTDA. - EPP no valor de R\$ 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais), objetivando a contratação de serviços gráficos, observadas as especificações indicadas na requisição de fls. 02 e os termos da proposta de fls. 10, condicionada a prévia apresentação da Certidão de Tributos Mobiliários. A despesa deverá onerar a dotação orçamentária 90.10.082430119.6.152.3.3.90.3900.

Conselho Municipal de Assistência Social-COMAS
COMUNICADO COMAS nº 020/2004

Deocleciana Ferreira, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei 12.524, de 01/12/1997, regulamentada pelo decreto 38.877, de 21/12/1999 e com as disposições de seu regimento interno, vem comunicar que o COMAS irá realizar Audiência Pública juntamente com o Fórum Municipal de Assistência Social de São Paulo, no dia 12/07/04, das 9 às 13hs, na Praça da República, nº 282, Térreo (auditório), com a seguinte pauta: -das 9 às 11s - apresentação da proposta de custos dos serviços sócioassistenciais do Município de São Paulo; -das 11 às 13s - pauta estabelecida pelo Fórum Municipal de Assistência Social.

De: Carlos Nambu [mailto:idbosc05@terra.com.br]

Enviada em: segunda-feira, 5 de julho de 2004 06:42

Assunto: ENC: ATa da reunião do FEDDCA-SP- 16-06-04

Ata de reunião do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 19 de junho de 2004, a partir das 9h40, na sede do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, à R. Marquês de Itu, 298. Lista de presença anexa, estando representadas as entidades: Cress SP, FDDCA-Osasco/SP, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Núcleo de pesquisa da Criança e do Adolescente-PUC/SP, CDMCA-São Paulo, Instituto Dom Bosco, Pastoral do Menor do Estado de São Paulo, Fórum Regional DCA de Santo Amaro, CROPH. **1)** Inicialmente, após a apresentação dos participantes, Rone e Aurea fizeram breve relato das conferências regionais e estadual de Direitos Humanos, cuja temática foi a Implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos, destacando como aspectos positivos a grande mobilização, talvez pelo ineditismo de seu

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or introductory paragraph.

Second block of faint, illegible text, appearing to be a main body of the document.

Third block of faint, illegible text, continuing the main body of the document.

Final block of faint, illegible text at the bottom of the page, possibly a conclusion or footer.

caráter deliberativo. Houve palestras relevantes, das entidades Conectas e Teotônio Vilela, ambos afirmando a necessidade de reestruturar em especial a Segurança Pública, o Sistema Prisional, as Políticas Militar e Civil. Reafirmaram um debate que tem sido colocado pelo DR Hélio Bicudo, que alerta para o cuidado da burocratização e a imposição à sociedade civil do aparelhamento governamental. Dos membros ativos do Fórum participarão dois delegados na Conferência Nacional, Rone indicado pelo MNMMR e Ademar, eleito pela região de São Bernardo do Campo. Como aspectos negativos foram mencionadas a grande segmentação da sociedade civil na hora de escolher seus representantes e o formato adotado para as discussões, que impunha a fixação ao texto-base, o qual, incoerentemente foi alterado durante o processo das Conferências municipais/regionais. A Conferência Nacional acontecerá em 29 e 30 de junho e 01 e 02 de julho, em Brasília. 2) A seguir discutiu-se a inexistência em São Paulo da Defensoria Pública. O secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, teria enviado correspondência ao governador Alckimin cobrando a criação da Defensoria. Lembrou-se o empenho de muitos no passado, por essa causa, que sempre esbarrou em interesses espúreos. O debate foi enfático ao colocar a necessidade de uma posição firme da OAB, entidade que poderia dar um grande peso na mobilização. O movimento pela criação da Defensoria Pública fará um arrastão na Assembléia Legislativa, na terça-feira, 23 de junho e convocam a todos para a mobilização nesse dia, às 13h30, reunindo-se junto ao portão dos fundos da assembléia. Ao mesmo tempo deve-se aprofundar a discussão do tema, questionando-se entre outras coisas, o sistema prisional e a ausência da Vigilância Sanitária nos presídios. 3) O terceiro ponto de discussão seguiu-se à apresentação da matéria publicada na Revista da Educação, de maio de 2004, que traz entrevista de Antonio Gilberto, presidente do Sintraenfa, cujas afirmações provocaram uma sindicância da Corregedoria da FEBEM contra o mesmo. É posição geral que o Fórum não deve silenciar nessa questão e levantou-se que cabe questionar: se ao próprio Sr. Gilberto, que já ganhou espaço na mídia, se ao Sintraenfa, ou à CUT, à qual o sindicato está afiliado. Esta tem sido parceira do Fórum em diversos momentos e deve ser retomada a articulação, que era feita pelo João Trevisan. O tema foi também debatido no NCA da PUC, onde foi colocado que é necessário um olhar historicista desta questão, lembrando do massacre no Carandiru, pois tem elementos em comum: endurecimento e autoritarismo do Estado para controlar uma situação gerada pela própria forma governamental de gerir assuntos de grande relevância, sem escuta ao movimento social. Deve-se reafirmar o código de ética das categorias, mobilizando, assim, o CRESS, CRP, OAB, envolvendo também a APEOESP. Dentre outras questões, lembrou-se que a OAB tinha assento no Conselho da FEBEM, que até última notícia, estava ocupado pelo Dr Ariel. Ressaltou-se que este espaço é recusado pela sociedade civil por não ser democrático, não havendo nenhum poder decisório, mas funcionando como espaço de

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be clearly documented and supported by appropriate evidence. This includes receipts, invoices, and other relevant documents that can be used to verify the accuracy of the records.

The second part of the document outlines the procedures for handling discrepancies and errors. It states that any differences between the recorded amounts and the actual amounts should be investigated immediately. The document provides a step-by-step guide for identifying the source of the error and correcting it. It also discusses the importance of transparency and accountability in the process.

The third part of the document discusses the role of the accounting department in providing accurate and timely financial information to management. It highlights the need for clear communication and collaboration between the accounting department and other departments. The document also discusses the importance of staying up-to-date on changes in accounting standards and regulations.

The fourth part of the document discusses the importance of maintaining the confidentiality of financial information. It states that all financial records should be stored securely and accessed only by authorized personnel. The document also discusses the importance of implementing strong internal controls to prevent fraud and other financial crimes.

The fifth part of the document discusses the importance of regular audits and reviews. It states that audits should be conducted on a regular basis to ensure the accuracy and reliability of the financial records. The document also discusses the importance of maintaining a good relationship with external auditors and providing them with all the information they need to perform their duties.

The sixth part of the document discusses the importance of staying up-to-date on changes in accounting standards and regulations. It states that the accounting department should have a process in place for monitoring and implementing these changes. The document also discusses the importance of providing training and education to accounting staff to ensure they are up-to-date on the latest standards and regulations.

The seventh part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be clearly documented and supported by appropriate evidence. This includes receipts, invoices, and other relevant documents that can be used to verify the accuracy of the records.

The eighth part of the document outlines the procedures for handling discrepancies and errors. It states that any differences between the recorded amounts and the actual amounts should be investigated immediately. The document provides a step-by-step guide for identifying the source of the error and correcting it. It also discusses the importance of transparency and accountability in the process.

The ninth part of the document discusses the role of the accounting department in providing accurate and timely financial information to management. It highlights the need for clear communication and collaboration between the accounting department and other departments. The document also discusses the importance of staying up-to-date on changes in accounting standards and regulations.

The tenth part of the document discusses the importance of maintaining the confidentiality of financial information. It states that all financial records should be stored securely and accessed only by authorized personnel. The document also discusses the importance of implementing strong internal controls to prevent fraud and other financial crimes.

The eleventh part of the document discusses the importance of regular audits and reviews. It states that audits should be conducted on a regular basis to ensure the accuracy and reliability of the financial records. The document also discusses the importance of maintaining a good relationship with external auditors and providing them with all the information they need to perform their duties.

The twelfth part of the document discusses the importance of staying up-to-date on changes in accounting standards and regulations. It states that the accounting department should have a process in place for monitoring and implementing these changes. The document also discusses the importance of providing training and education to accounting staff to ensure they are up-to-date on the latest standards and regulations.

legitimação da cultura institucional. Críticas à falta de posicionamento da CUT gerou críticas igualmente à PUC, por um dos presentes, que relatou ter denunciado formalmente à Universidade em 2000 que havia no recinto da universidade “embalos” regados a bebida e drogas coma presença de adolescente (documento apresentado, que ficara nos arquivos deste Fórum). Mencionou-se ainda a necessidade de retomar o contato com o Núcleo de Violência da USP, que já colaborou com o Feddca em outros momentos. Sugeriu-se um seminário com os Criadores do ECA e também o chamado a outras universidades. Ainda nessa questão, ponderou-se que não se pode generalizar as críticas à PUC e tampouco ao Sintraenfa, que possui associados de grande valor e seriedade (mas, no entanto, não se tem notícias de manifestação de repúdio contra esses desmandos, ate). Deliberou-se, assim, pela criação de um **Grupo de Trabalho** sobre o assunto, com os seguintes encaminhamentos: a) carta aberta à população; b) reunião com a CUT; c) discussão do Trabalho na FEBEM/organização do Seminário com o NCA e outros parceiros e d) ação na justiça contra o Sr. Gilberto com base nas declarações feitas à Revista de Educação. Componentes do GT: Valéria, Aurea, Roseli, Edson, Givanildo (manifestou interesse em contato com Áurea), podendo ser convidadas outros membros pelos atuais componentes. 3) **Proposta de atividade no dia 13/07** em comemoração aos 14 anos do ECA, que seria divulgada e partilhada pelo Fórum. As informações podem ser enviadas para o e-mail, para divulgação. **Já foi apresentado e acolhido pelas pastorais sociais, criança e adolescente, a proposta de badalar os sinos no dia 13 às 14h00, para sensibilizar as comunidades de todo o Estado.** O Fórum Permanente contra o Rebaixamento da Idade Penal, discutirá o assunto no dia 23/06, às 18 horas, no subsolo da Câmara, sala A ou B. Há proposta de uma festa, seminário e manifestação no Teatro Municipal. O assunto exige uma ação contra os “rebaixadores”, cada vez em maior número, apesar de o projeto ter sido barrado na Comissão de Justiça e Paz por inconstitucionalidade, segundo Greenhalgh. Valéria disponibilizou-se a representar a Executiva do Fórum 4) Outro assunto em pauta foi a organização das Comissões do Fórum Estadual que, com seu coordenador e integrantes, ficaram como segue: **FORMAÇÃO: Valéria, Roseli, Pâmela. ARTICULAÇÃO: Oberto, Marilu, Lila, Terezinha Helena. FINANÇAS: Célia, Francisca. COMUNICAÇÃO: Rone, Carlos Nambu, Edson Cabral.** (observação da coordenação: as reuniões deverão, necessariamente, contar com a presença de, no mínimo, um representante da executiva, na pessoa do coordenador de cada comissão, garantindo-se a organicidade das ações). Propôs-se a ampla divulgação das deliberações das comissões e questionou-se a ausência de alguns membros da Executiva. Oberto justificou, por problemas de condução; Célia ausentou-se por motivo de trabalho e não houve contato de Francisco. Neste aspecto, retomou-se a necessidade de agilizar a elaboração do regimento interno do Fórum . As comissões estão abertas a novas participações e devem reunir-se ao menos quinzenalmente e levar

FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA/SP

SP 12 Março de 2002.

Prezado companheiro(a), você está sendo
convidado(a) para atividade do FMDCA/SP sobre o
processo das eleições dos
Conselhos Tutelares na sua região.
Convidamos você também, para participar da
reunião EXTRAORDINÁRIA do Fórum
Compareça, sua presença é fundamental!

Dia 16/03/02 - sábado

Na Câmara Municipal de São Paulo - salão Nobre

Das 10:00 às 16:00 horas

Atenciosamente - Isis S. Longo

MANHÃ – 10:00 às 13:00 HORAS

– GRUPOS DE TRABALHO SOBRE AS ELEIÇÕES DOS CONSELHOS
TUTELARES. TEMAS: POSTOS DE VOTAÇÃO; INDEFERIMENTOS;
VOTOS DOS ADOLESCENTES; CMDCA; SUBCOMISSÕES
ELEITORAIS; ETC.

TARDE: - 13:00 às 16:00 HORAS

– PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM
PAUTA: ELEIÇÕES DOS CONSELHOS TUTELARES

OBS 1: como a reunião será extensa, é recomendável que as pessoas levem
algo para comer no intervalo entre a pauta da manhã e da tarde!

OBS 2: Você recebe em anexo, um folder do Fórum, favor reproduzir cópias
para divulgar o trabalho do FMDCA/SP.



FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA/SP

SP 12 Março de 2002.

Prezado companheiro(a), você está sendo
convidado(a) para atividade do FMDCA/SP sobre o
processo das eleições dos
Conselhos Tutelares na sua região.
Convidamos você também, para participar da
reunião EXTRAORDINÁRIA do Fórum
Compareça, sua presença é fundamental!

Dia 16/03/02 - sábado

Na Câmara Municipal de São Paulo - salão Nobre

Das 10:00 às 16:00 horas

Atenciosamente - Isis S. Longo

MANHÃ – 10:00 às 13:00 HORAS

– GRUPOS DE TRABALHO SOBRE AS ELEIÇÕES DOS CONSELHOS
TUTELARES. TEMAS: POSTOS DE VOTAÇÃO; INDEFERIMENTOS;
VOTOS DOS ADOLESCENTES; CMDCA; SUBCOMISSÕES
ELEITORAIS; ETC.

TARDE: - 13:00 às 16:00 HORAS

– PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM
PAUTA: ELEIÇÕES DOS CONSELHOS TUTELARES

OBS 1: como a reunião será extensa, é recomendável que as pessoas levem
algo para comer no intervalo entre a pauta da manhã e da tarde!

OBS 2: Você recebe em anexo, um folder do Fórum, favor reproduzir cópias
para divulgar o trabalho do FMDCA/SP.

